

PLANEJAMENTO A LONGO PRAZO: PARADIGMAS DA COMPOSIÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

FERNANDO SIMAS

Arquiteto e urbanista
Mestrando em Organizações e Desenvolvimento, da FAE
fsimas@me.com

NILSON CESAR FRAGA

Geógrafo,
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, Professor no Programa de Mestrado em
Organizações e Desenvolvimento, da FAE, e de Geografia, da UFPR
nilsoncesarfraga@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é uma investigação sobre os planos e as teorias para o desenvolvimento local, guiado pela real necessidade do processo de endogenização das características e da incorporação das externalidades do mundo globalizado. Sugerindo a necessidade de formalização dos aspectos metodológicos de uma dinâmica variável de demandas a incorporar aos planos de desenvolvimento e as ações das políticas públicas, propõe uma reflexão sobre modelos prontos de fácil interpretação, mas com resultados abaixo do projetado. Com uma breve análise do modelo de colonização da imigração alemã na cidade de Blumenau, apresenta dados sobre o determinismo de modelos prontos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional e local, modelos endógenos, políticas públicas, Blumenau, imigração alemã.

ABSTRACT

The present work is an investigation on the plans and theories for the local development, guided for the real necessity to process the endogenous of the local features and the incorporation the externalities of the globalized world. Suggesting the necessity of formalization the methodological aspects of a variable dynamics that demands to incorporating the development plans and the action of public policy, also propose a reflection to the ready models of easy interpretation but with results under the projected. With soon analysis of the settling model of german immigration in the city of Blumenau, presents given on the determinism of ready models.

Keywords: regional and local development, endogenous development models, public politics, Blumenau, german immigration.

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre um desenvolvimento local sustentável, pois a importação de modelos prontos, ou mal traduzidos, inviabilizam o processo de planejamento em longo prazo, já que não aborda as questões mais determinantes de um desenvolvimento contínuo. Contudo, a criação do processo de desenvolvimento em um plano totalmente local é de custo tecnológico e científico alto. Para tanto, são necessários alguns questionamentos, entre os quais o melhor caminho a seguir; compreender os problemas de planejamento de países semelhantes, suas soluções e efeitos (bons ou ruins); um acompanhamento dos caminhos de pesquisa dos países desenvolvidos para conceber um plano de desenvolvimento ou a busca incerta por um novo modelo que endogenize as necessidades locais.

Os aspectos metodológicos da opção por modelos para o desenvolvimento representam uma clara opção por sistemas lineares e de aplicação por uma dinâmica vertical. A metodologia horizontal, em rede, dentro de um processo de localização, com uma grande complexidade de processos e da dinâmica em determinados espaços, dificulta sua incorporação às formas tradicionais de instituições, entre elas o Estado. Mas a auto-organização dentro de um processo endógeno pode ser a forma constituinte ideal para um modelo aberto de desenvolvimento local sustentável, em que importantes questões estão ainda em solidificação na agenda global, como a preservação do meio ambiente e a redução do impacto na dinâmica climática do planeta. As teorias estáticas, no entanto, sempre apresentaram formas atraentes e consistentes, por isso há necessidade de formalizar os aspectos metodológicos de um planejamento endógeno, com mecanismos de autorreforço interno e adaptação (e incorporação) das externalidades.¹

O que incentiva essa investigação são as alternativas que os países em desenvolvimento possuem de encontrar novos modelos de desenvolvimento regional e local, com soluções inovadoras, que incorporem os atuais fenômenos econômicos, sociais e ambientais, constituindo-se, assim, não só em um grande desafio, mas também em uma grande oportunidade para os países em desenvolvimento.

O artigo em questão apresenta uma base teórica sobre modelos de desenvolvimento, seus paradigmas e a determinação das fontes dos aspectos endógenos. Em seguida, introduz ao leitor as ideias que justificam essa abordagem, principalmente as sugeridas por Myrdal, de abolir padrões de colônia aos países em desenvolvimento. Ideia também compartilhada pelo físico Fritjof Capra (1982, p. 217), quando cita Henderson: “Eles nos falam de atraentes iguarias e roupas, mas esquecem de mencionar a perda de belos rios e lagos.” Alerta para os perigos do desenvolvimento sem limites e a necessidade de incorporar novas expectativas e valores para a vida humana. E, por fim, apresenta o modelo de ocupação da cidade de Blumenau, exemplificando os moldes de desenvolvimento exógeno e endógeno, discutindo as características envolvidas nessa questão. Encerra verificando os pontos de convergência nos conceitos de desenvolvimento endógeno.

2 PLANEJAMENTO E SEUS MODELOS

O planejamento requer um conhecimento profundo da realidade em que se está inserido para prever os acontecimentos. Assim, para facilitar o processo de planejamento, limitar o campo de investigação ao simples “processo econômico nuclear”, sempre foi uma alternativa para os modelos de desenvolvimento. Furtam-se a questão ética da distribuição dos poderes, a questão ambiental do consumo dos recursos naturais e a qualidade dos cidadãos à margem desse desenvolvimento.

A natureza é o corpo inorgânico do homem – isto é, a natureza, na medida em que ela própria não é o corpo humano. “O homem vive na natureza” significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele deve permanecer em contínuo intercuro se não quiser morrer. (MARX, 1844, p. 58 apud CAPRA, 1982, 205)

¹ Podem-se considerar como externalidades os efeitos positivos ou negativos gerados por um agente econômico, os quais atingem os demais agentes, sem que estes tenham oportunidades de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. É o impacto de uma decisão sobre aqueles que não participam dessa decisão (COASE, 1937).

A mudança do mundo, a globalização e as alterações de fluxos de capitais levam as economias a se voltarem de maneira exacerbada para o exterior e a não se prender à terra, uma vez que as prende a realidade. Assim, torna-se cada vez mais necessário entender a realidade local e a natureza que cerca as instituições, para criar modelos adaptados a essa realidade, considerando-se sua frequência de alterações naturais e artificiais.

Modelos e teorias, marxistas e não marxistas – ainda estão profundamente enraizados no paradigma cartesiano e, por conseguinte, são inadequados para descrever o sistema econômico global de hoje, estreitamente interligado e em contínua mudança. (CAPRA, 1982, p. 204).

Deixar o encontro com a realidade, quando se propõem conceitos que devem ser convertidos em projetos, em planejamento, em manuais e principalmente em leis, garante a frustração de quem imaginou nessas ações uma oportunidade de solução para os problemas reais e a renovação de valores desatualizados.

[...] o crescimento econômico e tecnológico é considerado essencial por virtualmente todos os economistas e políticos, embora nesta altura dos acontecimentos já devesse estar bastante claro que a expansão ilimitada num meio ambiente finito só pode levar ao desastre. (Ibid., 1982, p. 204).

A importação de modelos prontos dos países desenvolvidos parte do princípio de que, se as ações planejadas foram bem-sucedidas nestes, serão igualmente eficientes para realidades distintas. Assim, a falta de interpretação da realidade heterogênea que a sociedade constitui desrespeita as individualidades e particularidades que compõem uma sociedade local. Portanto, o que pode ser gratificante e adequado para determinada sociedade pode não se enquadrar nos anseios de outras sociedade, que, sem aderência, perdem o sentido de ação para quem as executará.

[...] está relacionada com as noções newtonianas de espaço e tempo absolutos e infinitos. É um reflexo do pensamento linear, da crença errônea em que, se algo é bom para um indivíduo ou um grupo, então, quanto mais desse algo houver melhor será [...] a abordagem competitiva e autoafirmativa da atividade econômica é parte do legado do individualismo atomístico de John Locke; na América, ela era vital para o pequeno grupo dos primeiros colonos e exploradores, mas agora se tornou prejudicial, incapaz de lidar com a intrincada teia de relações sociais e ecológicas características das economias maduras. (Ibid., 1982, p. 205).

O crescimento é a meta de todos os povos e está enraizada nas instituições de maneira a promover o crescimento.

Como a estrutura conceitual da economia é inadequada para explicar os custos sociais e ambientais gerados por toda a atividade econômica, os economistas tendem a ignorar esses custos, rotulando-os de variáveis “externas” que não se ajustam a seus modelos teóricos. E como a maioria dos economistas são empregados por grupos de interesse privados para preparar análises de custo/lucro que são, na maior parte dos casos, fortemente inclinadas a favor dos programas de seus empregadores, existem pouquíssimos dados sobre “externalidades”, mesmo aquelas que são facilmente quantificáveis. (Ibid., 1982, p. 217).

Um interessante posicionamento sobre as externalidades e suas consequências no planejamento, ou sua ausência nos modelos de desenvolvimento, é a falta da aderência percebida nas teorias que moldam as características das variáveis compositivas de um modelo teórico.

A segunda maior causa de inflação são os custos sociais sempre crescentes engendrados pelo crescimento não-diferenciado. Em suas tentativas de maximização de seus lucros, indivíduos, companhias e instituições procuraram “externalizar” todos os custos sociais e ambientais; tentam excluí-los de seus próprios balancetes e empurrá-los para diante, passando-os de uns para outros dentro do sistema, para o meio ambiente e para as gerações futuras. Gradualmente, esses custos acumulam-se e manifestam-se como custos de ações judiciais, controle do crime, coordenação burocrática, regulamentação federal, proteção ao consumidor, assistência médica, etc. Nenhuma dessas atividades acrescenta seja o que for à produção real; todas elas contribuem significativamente para aumentar a inflação. (Ibid., 1982, p. 219).

Os custos de transação envolvidos nesse caso são considerados como “[...] distintas formas de institucionalidade na medida em que os resultados das ações e decisões dependem de eventos futuros que não podem ser de maneira probabilística.” (PONDE, 1994, p. 3).

Williamson (1993) desenvolveu uma teoria pela qual as instituições permitem organizar decisões e condutas adaptativas e sequenciais, sendo os agentes econômicos tomadores de decisões inseridos em uma rede de relações mútuas recorrentes. Williamson afirma ainda que os custos de transação *ex ante* estão presentes com maior intensidade em situações em que é difícil estabelecer as precondições para que a transação em foco seja efetuada de acordo com parâmetros planejados. Essa situação é muito comum nas instituições públicas com novas demandas, remanescendo a finalização de importantes ações anteriormente planejadas. Mesmo os órgãos governamentais que controlam e avaliam as ações de planejamento acabam por criar externalidades ao processo. Os custos *ex post* se referem à adaptação de relação a novas circunstâncias. Esses custos podem assumir, segundo Williamson, quatro formas: custos de má adaptação, custos de negociar e corrigir o desempenho das transações, custos para manter estruturas de gestão das transações e custos com garantias para efetuar comprometimentos.

A internalização em estruturas hierárquicas requer a criação de incentivos alternativos – na função de sancionar, punir ou premiar a conduta dos agentes – e mecanismos de controle para coordenar a interação das distintas atividades envolvidas, em um ajuste ao ambiente em constante transformação. Essa busca, por economizar os custos de transação, não pode representar um repasse de custos entre os envolvidos, mas uma forma de minimizá-los. A redução a zero, proposta por Coase, como forma de avaliação das instituições pode ser uma forma de análise, entretanto uma forma de compreender essa necessidade de criar uma gestão dinâmica local que não aumente custos para adaptações e interações ambientais.

Nesse contexto, surge a discussão dos vínculos entre lucros privados e custos públicos e a real atribuição das instituições públicas. De acordo com Leo Kissler, professor de Sociologia Política das universidades de Hagen e de Marburg, na Alemanha,

[...] quanto mais o setor industrial ostenta seu potencial destrutivo contra as pessoas e a natureza, tanto mais o setor público se dedica ao desenvolvimento das ações sociais necessárias à reparação dos danos.

A eficiência de uma companhia é medida em termos de lucros, mas, como esses lucros estão sendo obtidos cada vez mais à custa do povo, temos que perguntar: “Eficientes para quem?” Quando os economistas falam em eficiência, referem-se à eficiência em nível individual, da companhia, social ou em nível do ecossistema? (CAPRA, 1982 p. 220).

A reavaliação da economia não é uma tarefa meramente intelectual, mas deverá envolver profundas mudanças em nosso sistema de valores. A própria ideia de riqueza, que é central para a economia, está inextricavelmente ligada às expectativas, valores e estilos de vida humanos. Definir riqueza dentro de um contexto ecológico significará transcender suas atuais conotações de acumulação material e conferir-lhe o sentido mais amplo de enriquecimento humano. (Ibid., 1982, p. 222).

Quando se pensa em um modelo, podem ser encontrados modelos incríveis, com propostas revolucionárias, que rompem com um padrão da sociedade. Esse é um outro aspecto dos planos que não precisam ser excepcionais, inovando e rompendo gratuitamente com um movimento anterior. Os grandes movimentos das artes – a ruptura de um modelo eclético para uma linguagem moderna – vieram atender a uma demanda de consumo que precisava garantir moradias para uma grande população ascendente, transporte e tecnologia para uma demanda cada vez maior de recursos. E até a arte deveria ser democratizada, representando o movimento (o fluxo dessa época). Mas os modelos podem ser tradicionais e conservadores, caso não haja uma demanda para romper com esse movimento. Essa demanda pode ser denominada crise.

Portanto, em alguns momentos precisamos romper com o movimento anterior, todavia, em outros, precisamos agregar e construir a realidade com ações que estabilizem o movimento (os fluxos). Nesse processo ações entrópicas, internas ao movimento, conduzem a uma força por seu processo de repetição.

O alto valor espiritual atribuído ao trabalho entrópico nessas tradições provém de uma profunda consciência ecológica. Executar um trabalho que tem de ser feito repetidamente ajuda-nos a reconhecer os ciclos naturais de crescimento e declínio, de nascimento e morte, e a adquirir, portanto, consciência da ordem dinâmica do universo. O trabalho 'ordinário', como o significado radical da palavra indica, está em harmonia com a ordem que percebemos no meio ambiente. (Ibid., 1982, p. 224).

A crise ambiental que vivemos deveria levar a uma ruptura do ciclo capitalistas, com novos valores para construir modelos que se adequem a essa nova agenda do desenvolvimento. Não podemos virar as costas para os problemas latentes que o planeta tem a resolver e assim, as externalidades devem ser internalizadas nos nossos modelos de desenvolvimento. Isso trará reflexos na administração pública, que estará em sintonia com os problemas mas também as potencialidades do território em que se está inserido, produzindo integração entre solução e ação de crescimento para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, será discutido no próximo item o processo de endogenização dos problemas locais nos modelos de desenvolvimento.

3 PLANEJAMENTO LOCAL: UM NOVO MODELO POSSÍVEL?

Durante uma conferência na metade do século XX, no Cairo, Gunnar Myrdal, professor de Economia da Universidade de Estocolmo e secretário-executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas, falava sobre o papel dos economistas jovens nos países subdesenvolvidos. Pediu que se abandonassem as teorias estruturalmente irrelevantes e inadequadas, mas que se tomassem como base reflexões sobre elas, bem como os estudos sobre os problemas das realidades em que vivemos e das necessidades locais. “Isto os conduziria bem além do campo superado da economia liberal do Ocidente e do marxismo.” (MYRDAL, 1965, p. 156). Essa deve ser a estratégia para um novo modelo de desenvolvimento, congregando os pontos fracos das nações em desenvolvimento, criando uma terceira via entre os modelos prontos e os modelos naturalizados (uma estratégia de vanguarda que permita uma nova política, uma agenda estratégica com a rede de participação da política local) e formulando o plano para o desenvolvimento. Somente nesse contexto local poderá ser formulada uma estratégia real, pois, segundo Myrdal (Ibid., p. 153),

[...] a literatura sobre desenvolvimento de países subdesenvolvidos é, até hoje, produzida em sua quase totalidade nos países adiantados. Felizmente, como um todo, essa literatura carece de perspectiva teórica, o que constitui uma vantagem enquanto a teoria econômica não se ajustar melhor ao tratamento dessa questão.

Muitas dessas obras de economia não tomam como ponto de partida os interesses dos países subdesenvolvidos, mas, consciente ou inconsciente, equacionam os problemas do ângulo dos interesses políticos nacionais de um dos países adiantados ou de um grupo destes. Tal situação se tornou muito pior sob o impacto da guerra fria, quando, muitas vezes, os problemas nacionais que motivaram a análise se reduziram a meros interesses estratégicos no conflito mundial. Ainda nessa visão, Myrdal observa que as mudanças se iniciaram no desenvolvimento de tecnologias e da reflexão nas universidades nacionais dos países em desenvolvimento, com teorias econômicas e sociais que atendam a essa demanda local. As nações em desenvolvimento se tornaram capazes de exprimir seus desejos e preocupações. “Os problemas econômicos terão de ser, de modo progressivo, estudados do ponto de vista dos seus interesses.” Esse é também o ponto de vista do ideal de igualdade, que possui a base de seu conceito no Iluminismo e em uma justiça de igualdade entre os povos e mais atualmente com a solidariedade intergeracional². Myrdal ainda argumenta que teoremas antigos e muito divulgados passem a ser úteis, quando ajustados a uma nova estrutura, e que parte da humanidade pertencente a esses países “desperte” para essa possibilidade de desenvolvimento, conduzindo a novas descobertas científicas.

² A solidariedade Intergeracional é ato individual ou coletivo com o fim único de preservar determinados recursos materiais ou naturais para o uso e gozo das gerações futuras.

Os modelos criados e desenvolvidos localmente podem ser iniciados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) na execução do estudo da dimensão territorial, para obter resultados e propostas para uma abordagem original do território como elemento estratégico para subsidiar o planejamento governamental de longo prazo – estudo de dimensão territorial como um levantamento de dados para guiar a ação pública e a resolução dos problemas estruturais de desenvolvimento em determinados espaços.

4 MODELO DE OCUPAÇÃO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM BLUMENAU

Hermann Bruno Otto Blumenau, alemão nascido em Hasselfelde, em 1819, complementando seus estudos na cidade de Braunschweig, capital do Ducado de Brunswick, e finalizando sua aprendizagem em farmácia na cidade de Erfurt, onde foi contratado como diretor de uma fábrica de produtos químicos. Duas semanas antes de sua primeira viagem ao Brasil, Hermann Blumenau conquistou o grau de doutor em Filosofia pela Universidade de Erlangen (SILVA, 1995, p. 16). Essa foi a formação e a rica experiência em cidades desenvolvidas na Europa e depois buscou aplicá-las nas terras à margem do Rio Itajaí-Açu.

A historiadora Maria Renaux Hering defende, em seu livro *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, a ideia de que existe um “modelo”, enfatizando o caráter schumpeteriano do empresário catarinense, ao encontrar uma teoria do desenvolvimento econômico com bases étnicas. Isso corresponde a explicar que Blumenau possui um modelo adaptado do modelo trazido pelos colonizadores.

Já o cientista social Cristiano Lenzi (2000, p. 238), por sua vez, procura desmistificar essa ideia de um modelo industrial catarinense endógeno:

Segundo Hering (1987) o desenvolvimento em Santa Catarina foi condicionado “[...] por fatores de ordem interna, obedecendo a uma dinâmica própria”. No entanto, como ela mesma notará, esse processo estaria associado à uma divisão do trabalho que ocorreu no Estado-nação como um todo. Segundo ela, a expansão das fábricas passava a integrar a região no processo global da industrialização do país. [...] para a abordagem de Hering a conclusão de que a industrialização catarinense é parte não só do “modelo”, mas também o resultado de uma especialização que ocorre em todo o território nacional, onde o que conta são as potencialidades de cada região para fazer parte desse processo de desenvolvimento econômico nacional. Por esse fato, seria justo afirmar, consoante a esse argumento, que toda região “periférica” que conseguisse alcançar um sucesso na integração na nova economia industrial do país, seria ela um “modelo de desenvolvimento”, bastando para o cientista social explicitar as potencialidades regionais que viabilizaram essa integração.

A justificativa de Lenzi, para contrapor a historiadora está, embasada teoricamente em uma literatura do desenvolvimento regional endógeno, que negligencia a relação do local ou da região com o todo nacional. Mas é certo que o pesquisador se esqueceu das relações existentes em todo o território nacional – regras comuns, políticas macroeconômicas e o sistema político administrativo. A combinação do desenvolvimento regional endógeno com o comportamento do tipo cooperativista da região/indivíduo em relação ao todo nacional é necessária para “[...] evitar que o bem-estar, para algumas regiões, signifique o mal-estar para outras regiões.” (AMARAL FILHO, 2001, p. 282).

O economista Paul Singer (1968, p. 86) aborda o “modelo” trazido durante o processo de colonização alemã – um “modelo” já esgotado na Alemanha e introduzido na Colônia Blumenau com as mesmas premissas e formato do modelo europeu, deixando marcas estruturais em sua ocupação territorial e no seu modo produtivo:

As razões que levaram milhões de alemães a emigrar foram basicamente, as mesmas que induziram irlandeses, italianos e outros povos marginalizados (pelo menos transitariamente) pelo processo de industrialização, a adotar atitude idêntica. Qualquer grupo humano em crescimento, cuja técnica de produção não se desenvolve, acaba esgotando os recursos naturais do território em que vive. O aumento demográfico tem que, mais cedo ou mais tarde, esbarrar com a disponibilidade limitada destes recursos, disponibilidade esta que só pode ser ampliada através do uso de técnicas novas, o que geralmente implica uma mudança do modo de produção vigente. Desta maneira cada modo de produção estabelece o seu próprio ótimo populacional e, quando o crescimento

demográfico ultrapassar este "ótimo", surge um excesso de população, para o qual se coloca o dilema de encontrar novos recursos (via conquista, colonização, imigração, etc.) ou perecer.

Sob esse enfoque é perceptível que a economia acaba por refletir aquilo que a sociedade cria, mesmo que inconscientemente. Muitas vezes o comportamento dos atores e dos detentores de capital é nocivo à própria sustentabilidade deste. O conceito da otimalidade de Pareto propõe que a utilidade ou bem-estar de qualquer pessoa não se aumenta sem reduzir a utilidade ou o bem estar de alguma outra. Como em todo a sua obra, o desenvolvimento está ligado à liberdade, nesse caso a liberdade de discussão pública e de decisões participativas sobre o crescimento demográfico e do limite recursos naturais de cada território (SEN, 1999. p. 148).

A ascensão da manufatura ocorreu em Blumenau, quando, na Alemanha, artesãos arruinados pela concorrência das grandes indústrias, em meio a um excedente populacional, vieram, a partir de 1880, para as colônias, instalar suas atividades de indústria doméstica (ver tabela 1). Mas a criação de indústrias ocorreu em outras partes do País, inicialmente voltadas para seus respectivos mercados regionais.

TABELA 1 – FASES DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL (THEIS, 1997)

PERÍODO	FASE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
século XVII-1880	da economia de subsistência à economia primário-exportadora
1880-1914	emergência e formação da indústria
1914-1945	ascensão da indústria tradicional
1945-1965	diversificação da indústria e ascensão dos gêneros dinâmicos
1965-1980	aceleração da acumulação de capital e consolidação da indústria
1980-1995	crise da economia regional no contexto da crise econômica brasileira e gradual perda de importância da indústria tradicional
1995- ...	gradual ascensão de estruturas de acumulação flexível

Fonte; Theis (1997)

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento adaptava-se às mudanças globais pela vinda de mão de obra excedente, sempre em atraso ao que estava em voga e em instalação na Europa. O que Myrdal observa quanto às políticas economia dos países desenvolvidos tem como base próprios interesses deles, consciente ou inconscientemente, equacionando problemas do ângulo dos interesses políticos nacionais.

É possível sugerir um viés endógeno para a época, que da experiência europeia com a falta de recursos naturais, preservasse a vegetação das áreas mais sensíveis. Também sugerir um ajuste as externalidades, como as inundações frequentes do Rio Itajaí-Açu, de um plano de ocupação rural/urbana adequado a esse fenômeno natural. Os incentivos alternativos que poderiam punir ou premiar a correta ocupação e o controle desse ambiente em constante adaptação seria uma opção para internalizar situações ambientais catastróficas e reduzir os custos de transação, não aumentando o custo das instituições colonizadoras. Essa alternativa poderia ser aplicada à realidade atual.

Mas a discussão do fim do “modelo catarinense de desenvolvimento” transcorre mesmo ao término dos recursos locais para manter o crescimento econômico – um problema europeu de 160 anos atrás. Mesmo filósofos como Dr. Blumenau e o naturalista Fritz Muller não conseguiram prever nem criar medidas para evitar essa situação no futuro de sua colônia.

Como afirma Lenzi (2000), a ideia de endogenismo proposta pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) era a crença de que, superados os limites internos, o desenvolvimento nacional dar-se-ia de maneira quase espontânea. Assim o subdesenvolvimento não era resultado do sistema industrial capitalista, contudo resultado de sua ausência. Já por uma visão exógena, o subdesenvolvimento é fruto da expansão do capitalismo, uma ação externa ao Estado-nação, o que impede o desenvolvimento autônomo proposto pela CEPAL, estando os limites para o crescimento no exterior. Blumenau foi muito privilegiada com sua fundação na segunda metade do século XIX, período em que o País retomou o crescimento econômico e passou a ter um papel mais ativo no apoio ao desenvolvimento (LEFF, 1982).

O que reforça a tese de que Blumenau foi também privilegiada por ações exógenas são as pesquisas comparativas de Michael Ax-Wilhelm sobre o desenvolvimento econômico de São Pedro de Alcântara e de Blumenau, cidades com imigração alemã. Conclui o autor: “A comparação das experiências das colônias de São Pedro de Alcântara e de Blumenau cria dificuldades para a aplicação da teoria schumpeteriana ao caso de Blumenau.” Sua análise demonstra que ambas apresentavam condições étnicas, religiosas e com a qualificação profissional dos colonos semelhantes, porém com desfechos distintos: desfavorável em relação a São Pedro de Alcântara sob a óptica econômica e social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados considerados, pode-se concluir que o desenvolvimento não deve apresentar um caráter somente endógeno, fechado para o aprendizado externo das demais experiências e realidades globais. O desenvolvimento endógeno é o potencial intrínseco de determinada área para otimizar o crescimento e sua sustentabilidade advém da capacidade de esse planejamento entender os ciclos de recursos naturais e sociais. Assim, faz-se necessário compreender que existem limites de crescimento local, inerentes na região. Além disso, há limites globais que influenciam na tomada de decisões e na articulação das políticas públicas.

A história e o tempo para o desenvolvimento são de grande relevância para a definição do processo endógeno, porque, na formação de uma cidade, os elementos exógenos devem ser considerados como um aprendizado do qual o planejamento se apropria, iniciando seus processos de diretrizes a uma população que já apresenta determinados conhecimentos e práticas.

Saliente-se o desejo comum de parte dos pesquisadores de endogenizar as fontes de crescimento e o desenvolvimento econômico, como fica claro no trabalho da historiadora Maria Luiza Hering Renaux para o “modelo catarinense de desenvolvimento”. Todavia, a metodologia nem sempre deixa clara essas intenções de pesquisa, gerando grandes discussões sobre as fontes de determinado desenvolvimento econômico, social ou ambiental.

Aplicando-se os conceitos de desenvolvimento local e regional à cidade de Blumenau, faz-se necessário valorizar o processo de articulação de alianças estratégicas entre as várias esferas públicas – a Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), os institutos de pesquisa, a universidade e instituições de ensino (FURB – Fundação Universitária Regional de Blumenau, FAE – Centro Universitário Franciscano, UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci), as empresas, consórcios municipais, redes de colaboração internacionais, as associações empresariais, os sindicatos de trabalhadores, entre muitas outras –, constituindo-se assim em uma rede de informações que devem ser analisadas para encontrar os indicadores que serão convertidos em políticas públicas. Assim, torna-se possível identificar as oportunidades de atuação, internalizando as fragilidades econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento pregresso e não polarizando como uma simples questão de desenvolvimento endógeno ou exógeno, mas uma combinação entre ambos.

O estudo não se encerra por aqui. A pesquisa de diferentes formas para o desenvolvimento local segue uma longa trajetória na busca de um modelo que se adapte às necessidades locais, em

um processo endógeno e exógeno. A compreensão de diversos estudos como, por exemplo, a teoria do crescimento endógeno³ permanece em pauta para futuras discussões.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. A Endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte7.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

AX-WILHELM, Michael; SANSON, J. O imigrante germânico e o desenvolvimento econômico de São Pedro de Alcântara e de Blumenau. **Atualidade Econômica**, n. 41, jan./mar. 2002.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.

BRASIL JR., Antônio C. P. **Fundamentos para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: CDS/UnB, 2002.

BUARQUE, Sérgio C.; BEZERRA, Lucila. Projeto de desenvolvimento municipal sustentável: bases referenciais. **Projeto Áridas**, dez. 1994. Mimeografado.

BURSZTYN, Marcel. **Desenvolvimento com sustentabilidade**. Brasília: IHU *on-line*. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=comeventos&Itemid=26&task=evento&id=39&id_edicao=222>. Acesso em: 11 jul. 2009.

CAPRA, F. **A teia da vida**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **O ponto de mutação**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

COASE, R. H. "The Nature of the Firm", *Economica*, v. 4, Nov de 1937.

_____. **The problem of social cost**. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~allen/CoaseJLE1960.pdf.out.1937>>.

COELHO, F. D. Reorganização do território e desenvolvimento local. In: **Proposta**, v. 23, n. 65, jun. 1995.

HERING, Maria L. Renaux. **Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Venlenezuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Nathaniel H. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil**. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

LENZI, Cristiano Luiz. Em busca de novas alternativas para o vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do "modelo catarinense". In: THEIS, I. M.; MATTEDI, M. A.; TOMIO, F. R. L. (Org.). **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

³ Teoria do crescimento endógeno, com base nos artigos de Romer (1986), "Increasing returns and long-run growth", e de Lucas Jr. (1988), "On the mechanics of economic development", Incentivando o investimento em capital humano.

FRANCO, Augusto de. **A revolução do local**: globalização, glocalização, localização. São Paulo: Cultura, 2003-2004.

_____. **Pobreza & desenvolvimento local = pobreza & desarrollo local**. Brasília: ARCA, 2002.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

RAWLS, J. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REMMERS, G. El desarrollo endógeno en zonas rurales: acertando en un blanco móvil. In: GUZMÁN CASADO, G; GONZÁLES DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Eds.). **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundiprensa, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. Tradução de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A aceleração contemporânea: tempo e espaço mundo. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR). **Fim de século e globalização**. São Paulo, 199-?, p. 15-22.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Texeira Motta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. **A imigração alemã e o estado brasileiro**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm>. Acesso em: 11 dez. 2009.

SILVA, J. Ferreira da. **O doutor Blumenau**. 2. ed. Florianópolis: EDEME-Paralelo 27, 1996.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

THEIS, I. M; MATTEDI, M. A; TOMIO, F. R. L; Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente a guisa de apresentação. In: **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

THEIS, I. O papel da administração pública no desenvolvimento local: o caso de Blumenau – contribuições para o debate. **RN - Revista de Negócios**, v. 2, jan./mar. 1997.

WILLIAMSON, O. E. Transaction COSI economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, 1993

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University, 1987.